

FIOREZE, Cristina; MARCON, Telmo (Orgs.). **O popular e a Educação: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

Texto resenhado por:  
Camila Ferreira da Silva.<sup>1</sup>

Pensar as relações entre o popular e a educação é uma tarefa que parte da negação da premissa neoliberal de que o capitalismo é o último e melhor modo de produção da história da humanidade. Cristina Fioreze (Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo) e Telmo Marcon (Doutor em História Social pela PUC/SP) são os organizadores de uma obra que parte exatamente desta negação – *O popular e a educação: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento*. O livro foi publicado em 2009 pela editora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).

Os próprios organizadores, na *Apresentação* do livro, nos ajudam a compreender a natureza da obra ratificando o esforço coletivo do qual ela resulta: são 17 pesquisadores que nos apresentam 12 artigos preocupados em refletir sobre as contribuições dos movimentos sociais “[...] na transformação da realidade, na construção de novos valores e experiências sociopolíticas, econômicas e culturais e na formulação de políticas públicas e no desenvolvimento” (FIOREZE; MARCON, 2009, p. 7).

As possibilidades de relações entre **movimentos sociais, universidade e Estado** (este por meio das políticas públicas) são as marcas que perpassam a obra de uma maneira geral. E, neste sentido, tais marcas são capazes de revelar um para além daquela negação que falávamos inicialmente, o que representa, então, a tessitura de alternativas comprometidas com a construção de uma cidadania de fato – e não apenas de direito. É nesta perspectiva que o livro se divide em duas partes, nomeadamente: I) O popular e a educação; e II) Movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento.

A primeira parte abarca debates importantes ligados às relações entre os movimentos sociais populares e algumas instituições sociais – com destaque para a escola e para a universidade. Neste sentido, a extensão universitária é apontada como um espaço privilegiado de diálogo entre tais movimentos e instituições, num movimento de ampliação das possibilidades de

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Email: ferreira.camilasilva@gmail.com

se pensar e agir na busca por alternativas qualitativas de intervenção social. Seis textos compõem esta parte do livro, os quais possuem uma preocupação em discutir questões que se estendem desde a teorização até as experiências concretas de articulações entre o popular e a educação.

*O popular e a educação na teoria social* de Gestine Cássia Trindade é o primeiro artigo da obra. O texto parte de uma discussão mais geral acerca de como a organização da sociedade na qual vivemos vem sendo abordada na teoria social. Para isto a autora desenvolve um diálogo com Gramsci, Marx, Bobbio, Miliband, Honneth e outros pensadores, demonstrando, com esta breve interlocução, como o popular emerge no cenário contraditório da sociedade capitalista. Posto isto, Gestine discute a polissemia do termo *popular* na teoria social e fecha seu texto tratando da Educação popular e de seus principais pressupostos. No que tange à educação, a autora chama atenção para a pedagogia popular e seu compromisso histórico de libertação e emancipação humana.

O próximo artigo desta primeira parte é de Telmo Marcon – *Movimentos sociais populares e cultura: perspectivas de transformação e de cidadania*. O autor apresenta uma discussão sobre a necessidade da negação do chamado *fim da História* de Fukuyama e, a partir deste desdobramento, debate teoricamente a categoria cultura. Por fim, problematiza diversos aspectos relativos ao papel que a cultura pode desempenhar na construção de uma alternativa socialista.

*Educação, escola e desenvolvimento* de Conceição Paludo é o terceiro texto desta parte do livro. Nele, a autora imprime um caráter crítico sobre o próprio conceito de educação e também sobre as relações que se estabelecem entre educação e prática social. Para isto, Conceição desnaturaliza os conceitos de educação, escola e desenvolvimento para trazer à tona sua idéia central: a tentativa de visualizar o papel da escola no processo de construção de uma contra-hegemonia à lógica do capital.

Reinaldo Matias Fleuri é o autor de *Conversidade: extensão universitária e movimentos sociais* – quarto texto ainda da primeira parte da obra. Conhecimento *conversitário* ou *conversidade* diz respeito à articulação entre as universidades e os movimentos sociais, é a este tipo de conhecimento que Fleuri se refere em seu texto, colocando em xeque os moldes tradicionais de conceber educação, pesquisa, gestão e extensão acadêmicas. As dificuldades e problemáticas que cercam a aproximação entre a universidade e os movimentos sociais são discutidas pelo autor com o principal objetivo de demonstrar a necessidade deste diálogo na construção de conhecimentos orgânicos e necessários a cada respectivo contexto social.

*Práxis e senso comum: relação teoria e militância nos movimentos sociais populares*, de autoria coletiva de Elli Benincá, Rodinei Balbinot e Telmo Marcon é o quinto artigo do livro. Este texto aborda, de maneira geral, a importância da *práxis* na formação de educadores. Supostas tensões entre *militância* e *reflexão* ou ainda entre *teoria* e *prática* são abordadas pelos autores num movimento de discussão que visa demonstrar que estes elementos não formam pólos contrários que se repelem. As reflexões dos autores desembocam numa defesa da relação entre universidade e movimentos sociais, a qual – nas palavras dos próprios autores “[...] poderá contribuir para aprofundar as possibilidades e os limites das intervenções sociais. A ação sem a reflexão permanece no senso comum e a teoria sem a prática cai no vazio” (BENINCÁ; BALBINOT; MARCON, 2009, p. 156).

O último artigo desta primeira parte é de Ricardo Rossato, intitulado: *Universidade e compromisso social*. O autor traz uma abordagem histórica da instituição social *universidade* para tratar de suas principais características ao longo de suas muitas mudanças – de circunstâncias, posições sociais, compromissos e funções. A universidade brasileira é tratada em suas especificidades sócio históricas e, neste caso, Rossato problematiza seu projeto de homem e sociedade, demonstrando a consagração que esta instituição cede à ordem social opressora vigente.

A segunda parte do livro tem a preocupação de demonstrar as inúmeras mudanças no cenário global que influenciam diretamente as políticas públicas. Novas configurações se apresentam frente às funções do Estado e, dessa forma, os movimentos sociais enfrentam novos desafios: novas lutas, reivindicações, modos de participação, entre outros. As ações destes movimentos, contudo, são capazes de demonstrar alternativas interessantes ao receituário neoliberal de se fazer política. Seis artigos compõem esta segunda parte do livro.

João Carlos Tedesco abre esta segunda parte com o texto *Globalização, desenvolvimento e cultura local*. O conceito de desenvolvimento é colocado em xeque pelo autor pela sua enorme polissemia e, dessa forma, os padrões internacionais e homogêneos de desenvolvimento acabam por ser rebatidos frente à força que as dinâmicas do território ganham no espaço local em contradição com os pressupostos da globalização. As identidades locais, neste contexto, entram em efervescência e as lutas que são travadas no campo político se dão no cotidiano da população, a qual necessita redimensionar sua própria cidadania.

*Entre o público e o privado: as políticas no contexto neoliberal* de Eliana Cristina

Dalagasperina é o segundo texto desta parte. A política educacional é o principal foco da autora e, para analisá-la, Dalagasperina resgata os processos de reformulação da função do Estado no contexto neoliberal. A evidência do fenômeno da privatização do ensino fica evidente neste texto, o qual ainda nos ajuda a compreender os eufemismos e disfarces que o discurso neoliberal imprime nas políticas de educação.

Cristina Fioreze é autora do terceiro artigo desta segunda parte, o qual tem por título: *As práticas conselhistas e a cultura política brasileira: a serviço de qual consenso?* A relação entre Estado e sociedade civil é modificada no Brasil frente à criação dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Conselhos de Direitos. Neste contexto, as práticas conselhistas se inserem na agenda política do país e trazem consigo novos desafios aos grupos populares politicamente organizados. As consolidações da hegemonia de uma classe e as legitimações de um consenso acabam servindo de pano de fundo para as discussões que o autor tece ao longo de seu texto.

Bernardo Mançano Fernandes, Mônica Castagna Molina, Roseli Salete Caldart e Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus são os autores do quarto artigo da segunda parte do livro, o qual se intitula: *O popular e a educação do Campo*. Uma discussão histórica acerca da luta em torno da educação do campo marca este artigo, o qual ainda aborda a intrínseca relação entre o popular e a educação do campo – relação expressa pelas lutas, sujeitos, modos de organização, projeto político e societário.

*O prometido e o realizado: da construção à realização da Constituinte escolar* de Selina Maria Dal Moro e Silvio Antônio Bedin é o quinto artigo desta parte da obra em questão. A Constituinte escolar (1999/2002) serve de base discursiva para os debates que este texto traz à tona. Contudo, logo após uma breve apresentação desta política educacional, os autores conseguem discuti-la sob a perspectiva da própria escola – este exercício de verdadeira escuta foi realizado com base em entrevistas e diálogos abertos realizados com sujeitos educativos que foram envolvidos no processo constituinte.

Por fim, o último artigo do livro é de autoria de Elisiani Vitória Tiepolo e tem por título *Alfabetização de jovens, adultos e idosos: quando o tempo passado ainda é o tempo presente*. As práticas pedagógicas populares são elencadas, neste texto, como verdadeiros espaços de trocas de conhecimentos necessários às universidades e ao Estado brasileiro. Há, pois, uma ratificação da necessidade de diálogo entre estas diferentes instituições e sujeitos sociais.

Os movimentos sociais populares [que envolvem Sem-terra, negros, mulheres,

desempregados, jovens, indígenas, e muitos outros] vêm desenvolvendo um importante papel contestador na sociedade em que vivemos. Que outro sujeito reivindica direitos humanos e sociais, mesmo frente ao falso consenso acarretado pela crescente legitimação dos pressupostos neoliberais?

Porém, ainda vivemos num contexto de resistência no que tange à aproximação – e mais ainda, à troca de saberes – de instituições ditas tradicionais com estes movimentos. As práticas universitárias são exemplos significativos desta resistência, pois, a perpetuação de um pseudo-antagonismo entre universidade e movimentos sociais populares acaba por reproduzir um verdadeiro *apartheid* social e ideológico entre eles.

É neste contexto que o livro aqui resenhado deve ser concebido. Seu conjunto de textos possui um caráter crítico a tal separação e, com isso, os movimentos sociais são vislumbrados sob uma ótica reveladora de suas potencialidades – sobretudo no que diz respeito à construção de alternativas societárias.

As experiências relatadas nos textos demonstram como a extensão universitária tem se constituído enquanto canal de abertura da universidade aos movimentos sociais populares – bem como a outros sujeitos. Mas, estes mesmos textos denunciam o quanto ainda é tímida esta abertura e, dessa forma, acabam por revelar a necessidade de ampliação deste canal e, também, da criação de novos canais. A possibilidade de troca [de conhecimentos, saberes, experiências, visões de mundo e modos de intervenções] é, certamente, a maior motivação para sanarmos estas necessidades.

Levando em consideração o vasto e consistente conteúdo desta obra, destacamos que ela é de leitura obrigatória a todos aqueles que possuem interesse por temáticas como políticas públicas, Estado, cultura, desenvolvimento, globalização, movimentos sociais e o papel da universidade.

**Resenha submetida em jul/2018.**

**Aceita em set/2018.**

**Revisada em jun/2019.**

**Publicada em set/2019.**

C. F. da Silva.

**FIOREZE, Cristina; MARCON, Telmo (Orgs.). O popular e a Educação: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.**